

de aperto e casos de cadeia

pode pedir hoje prisão para dirigentes do Sulbrasileiro

Economia vive semana

Governo começa a rever carta ao FMI e

ECONOMIA

O caso Sulbrasileiro, a oitava carta de intenções do País ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a retomada das negociações com os bancos credores e a definição da linha de ação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF) representam questões pendentes na área financeira até a posse do predidente Tancredo Neves.

Banqueiro influente observou que a Nação ainda espera as diretrizes de política econômica, talvez, com a inclusão do pacto social e acrescentou que as medidas de austeridade já anunciadas pouco inovam em relação aos governos militares e são incapazes de reverter a expectativa inflacionária.

Porém, ainda entusiasmado com a repercussão do caso Brasilinvest, o ministro da Fazenda, Francisco Neves Dornelles, pode pedir hoje ou amanhã ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, para que a Procuradoria Geral da República também entre de imediato na questão do Sulbrasileiro e encaminhe a prisão preventiva ou administrativa de dirigentes do banco gaúcho, sob intervenção desde o dia 7 de fevereiro último.

AUSTERIDADE

Também na área interna, caberá a Tancredo dar a palavra final entre a austeridade monetária exigida por Dornelles e o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber e o posicionamento dos presidentes do Banco do Brasil, Camilo Calazans, e da CEF, Marcos Freire, de que não podem administrar as respectivas instituições para agravar a recessão econômica.

Em sua única entrevista coletiva à imprensa, Calazans deixou clara a discordância em relação à suspensão de novos desembolsos pelo Banco do Brasil, ao ressaltar que a ausência total de aplicações do BB



Dornelles, decidindo

"excita o mercado financeiro e prejudica a iniciativa privada". Depois, em conversa com o repórter deste jornal, o presidente do Banco do Brasil disse que o BB "vai procurar adequar o fluxo de seus recursos à característica própria de banco de desenvolvimento e não de instrumento recessivo".

Calazans recomendou aos demais diretores do BB "vigilância cerrada dos gastos, mas ciente de que o banco já vem seguindo, nos últimos anos, rigoroso programa de austeridade". O presidente do BB só concorda com a contenção dos investimentos, uma vez que considera completa a rede de agências do banco.

E na parte operacional que Calazans espera melhor definição da linha de ação do BB. Em sua opinião, as grandes empresas nacionais e estrangeiras podem contar com a assistência financeira dos bancos privados para suportar a falta de recursos novos das instituições oficiais. Porém, em sua opinião, o Governo precisa "repensar" o papel do BB para, além de recuperar a sua posição no sistema finan-

ceiro, "não impor mais sacrifícios aos agricultores e às pequenas e médias empresas, em sua maioria, genuinamente nacionais".

AGRICULTURA

O diretor de controle do Banco do Brasil, Marcos Amorim, reconheceu que todo o dinheiro disponível do BB deve beneficiar quase que exclusivamente a agricultura e as exportações, mas ainda aguarda melhor definição do programa de aplicações para este ano. Mas Calazans pretende insistir na tese de que, como banco de Governo, o BB não pode suspender o crédito a setores e regiões mais carentes.

O presidente da CEF, Marcos Freire, dispõe da ajuda de dois especialistas — o diretor da Carteira de Habitação e Hipoteca, Sadi Assis Ribeiro Filho, ex-diretor de Controle do BB, e o diretor financeiro, Mário Berard, ex-secretário adjunto do Ministério da Fazenda — para administrar o orçamento da instituição. Porém, "sem querer disputar o lugar de técnicos ou chegar a tecnocratas", o ex-senador pernambucano ressaltou que não só quer manter como também reativar as aplicações de caráter social da CEF, o que inclui o financiamento da casa própria à população de renda inferior.

Também o Banco Central precisa obter de Tancredo as ordens para reabrir a renegociação plurianual da dívida externa junto aos bancos credores. Antes, o presidente eleito deverá definir as diretrizes de política econômica que lastrearão a oitava carta de intenções do País ao FMI. Por enquanto, o Banco Central ainda não assumiu qualquer compromisso com a proposta do ex-ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, de elevar a meta de inflação para 180%, este ano, na média, com a consequente elevação do teto de expansão monetária de 60 para 120%.